

BASTOS, Mário Jorge da Motta. **Assim na Terra como no Céu... Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica.** São Paulo: EDUSP, 2013.

Eduardo Cardoso Daflon<sup>i</sup>

A Editora da Universidade de São Paulo brinda os historiadores, os medievalistas em especial, com a obra *Assim na Terra como no Céu... Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica*, de autoria de Mário Jorge da Motta Bastos<sup>ii</sup>. Publicação que, para além de seu estudo de caso mais específico, traz reflexões sobre o papel do historiador e a função social das pesquisas. Elementos que precisam urgentemente ser pensados de maneira ampla, tendo em vista a proliferação de trabalhos que já quase advogam uma “nanohistória” e que, apesar de muitas vezes receberem financiamento público, cada vez menos se preocupam com a sociedade que os financiou!

Baseado em sua tese de doutorado<sup>iii</sup>, o livro busca entender a religião como um instrumento de dominação social, inserida no contexto de uma sociedade em processo de acentuada senhoriação. O autor observa esse processo em uma longa duração que vai desde as primeiras organizações cristãs ibéricas no século IV, com o chamado Concílio de Elvira (em data incerta entre 300 e 306), até a conquista islâmica da península em 711.

A fim de dar sustentação às suas proposições, Bastos realiza, na introdução, um profundo debate com autores que se preocuparam com a questão da religiosidade e conversão, tratando desde a historiografia até a antropologia. Desenvolve a crítica de ambas, e principalmente de seus conceitos de cultura, marcados por características homogeneizantes e generalizantes:

Primeiro, porque tudo é passível de tornar-se, ou de ser concebido, como cultura, como nas referências à cultura simbólica, à cultura ritual, à linguagem como cultura, valores, crenças, ideias, ideologias e etc. Segundo, não apenas tudo ou quase tudo numa sociedade é cultura, como seu teor totalizante se reforça pela perspectiva de que todos tenham, numa sociedade, uma mesma cultura – segundo o conceito de cultura como valores partilhados – ou de que ao menos possam ser avaliados por seus distintos padrões, obviamente em relação ao que se define como norma, como no conceito de privação cultural ou na noção de subcultura.<sup>iv</sup>

A proposição alternativa passa pelo seio do marxismo, em especial por E. P. Thompson, em busca de um conceito que, ao invés de suprimir os conflitos, incorpore-os em diversos âmbitos, no interior de uma mesma classe e nas relações entre elas, de forma que as disputas se fazem sentir mesmo no meio aristocrático ou camponês e entre eles:

Como não se trata de negar a importância da cultura nos processos sociais, recorro, então, a um conceito que supere as definições concentrada em seu conteúdo e que busque estabelecer uma efetiva correlação entre a cultura e relações sociais. Proponho que a base da cultura, e da religião como campo primordial de sua manifestação, reside na forma e na sua maneira pela qual os indivíduos entendem, definem, articulam e expressam as mútuas relações estabelecidas entre si e com a natureza.<sup>v</sup>

Dessa forma, para Mário Bastos o par cultura/religião está intimamente articulado ao processo produtivo. Entretanto, ressalto que de maneira bem distinta da clássica metáfora tão apreciada pelos detratores da teoria marxista: aquela referente à base e superestrutura<sup>vi</sup>. O autor distancia-se dessa visão, pois não vê o cultural como um epifenômeno, um desdobramento da “base econômica”, mas sim íntima e dialeticamente associada à produção.

Visando embasar essa análise, a obra se estrutura em seis capítulos. Tendo em mente que se busca uma totalidade maior, complexa e articulada, o autor, no primeiro capítulo, *O Processo de Senhorialização da Sociedade Ibérica*, envereda pelo debate da natureza das relações de produção vigentes na sociedade visigoda. Fixar esses elementos é fundamental para Mário Bastos, pois, segundo as perspectivas teóricas da obra, seria impossível tratar da cultura no recorte espaço-temporal em questão sem delimitar as relações sociais e as divisões de classe. Teriam sido elas escravistas; ou fundadas nas relações de dependência pessoal de amplas parcelas do campesinato à aristocracia?

Para tanto, o Bastos começa desenvolvendo a crítica da bibliografia especializada que, em grande parte, ainda se vincula à primeira vertente. Os autores que assim conferem às fontes uma plena capacidade de expressar em seus discursos as relações sociais, cabendo aos historiadores a mera função de organizá-los. Enormemente pautados por um juridicismo, esses autores – dos quais Garcia Moreno é o mais ilustre representante – compreendem que se os documentos se referem a *servus*, *ancilla*, *mancipium*, evidentemente tratam-se de “escravos-

mercadorias” no sentido romano do termo. Desconsiderando as contradições entre o mais puro latim do direito e a *praxis* manifesta em documentos não normativos.

Fazendo sóbrio uso de outras fontes, especialmente das chamadas fórmulas e das vidas de santos, o autor explicita essa contradição e começa a construir um quadro que para ele parece mais coerente: o de uma sociedade calcada em relações pessoais. Demonstra como há diversos indícios que podem nos levar a crer que, entre fins do Império Romano e o advento da Idade Média, houve um progressivo aumento do poder das aristocracias sobre o campesinato, tanto pelo assentamento de trabalhadores escravos em lotes de terra, quanto através da incorporação da pequena propriedade camponesa.

Feita essa avaliação das relações entre senhores e camponeses, parte-se para consideração das dinâmicas que se processavam no seio da própria aristocracia. Mário Bastos ressalta que a aristocracia era a única capaz de ter alguma coesão como grupo, se apresentando em condições bastante homogêneas, como possuidora de terras e homens, em que pesem suas distinções de poder. Homogeneidade essa que não exclui os conflitos por hegemonia no interior da classe, os quais, por vezes, quebram as cadeias hierárquicas.

No segundo capítulo da obra, *A Igreja no Quadro da Sociedade Senhorial*, ainda objetivando traçar uma caracterização geral, desenvolve-se o debate acerca da capacidade organizativa eclesiástica e dos níveis de cristianização. Desde começos do século IV há registros conciliares indicando alguma difusão do cristianismo, que se concentrava ainda quase que exclusivamente nas cidades do sul da península, não se manifestando a “ruralização” da fé.

Concílios seguintes apresentam uma mudança nesse quadro institucional, que já conta com diversas sés episcopais situadas no norte peninsular e com um “avanço” sobre o campo. Entretanto, a abordagem dessa temática ainda guarda diversas armadilhas nas quais incorrem muitos historiadores. Refiro-me, precisamente, a perspectiva – mais recentemente assumida por Ruy Filho em seu livro *Imagem e Reflexo*<sup>vii</sup> – de que a conversão do campesinato não teria sido “verdadeira”, ou que ela teria sido apenas superficial. Essa noção contribui apenas para empobrecer a análise da religião cristã, uma vez que, além da reprodução do discurso dominante de época, toma-a como una e pura, desconsiderando os conflitos em torno desse processo.

A Igreja está inserida no mundo e não pairando sobre ele. Com a desagregação imperial romana, o posto episcopal passou a ser tomado de assalto pelas aristocracias hispânicas. Porém, segundo Mário Bastos, isso não é causado pelo vácuo de poder deixado por Roma, mas se trata de um movimento mais complexo que se desenrola na longa duração: a conjugação do poder temporal com o espiritual. Dessa forma, o controle de uma sé episcopal garante ao grupo dominante vinculado ao bispo um aumento de poder e influência em toda a jurisdição.

A questão do clero como grupo social é algo que a historiografia trata de maneira um tanto nebulosa. Baschet, por exemplo, ora afirma ser uma casta à parte<sup>viii</sup>, para na sequência afirmar que compõe a classe aristocrática<sup>ix</sup>. Dessa forma, é necessário ressaltar que o clero não se constitui como classe específica. Algo que nos é recorrentemente lembrado pelo autor é o fato de que as classes não se definem em isolamento, mas no desenrolar das relações e lutas que travadas entre elas. O clero se reproduz da mesma maneira que a aristocracia laica, e não se desenvolve nos patrimônios da Igreja qualquer relação que fosse estranha aos leigos, assumindo sua posição de poder através do controle sobre terras e homens. Ou seja, a Igreja reproduzia em seu interior todas as características da sociedade na qual estava inserida.

Passada essa primeira etapa, o autor deseja demonstrar que a sociedade é vivida, pensada, fruída e concebida em íntima e dialética relação com os elementos apresentados. Para isso, a partir do terceiro capítulo, intitulado *A Revelação Divina*, demonstra como o cristianismo é uma teoria global de apreensão do mundo.

Nesse capítulo, o autor foca principalmente a análise do discurso eclesiástico do período, em especial no *De Correctione Rusticorum*, de Martinho de Braga, e nas atas conciliares. Dessacraliza-se elementos pagãos para, no mesmo movimento, ressacralizá-los segundo a ortodoxia. O que não quer dizer que a Igreja se “desvirtue” para atender a interesses mundanos. Na verdade, ela incorpora o mundo em seu sistema explicativo.

No capítulo seguinte, *Continuidade ou Transformação*, trabalha-se as formas através das quais a Igreja enquadra a realidade. Aqui Mário Bastos demonstra como nesse movimento se reafirma a hegemonia aristocrática, impondo à ordem social, e sua divisão hierárquica, uma sacralidade que não pode ser questionada. Fazer isso

seria questionar o próprio Deus e a maneira que Ele organizou o mundo. Todavia, o autor ressalta:

(...) toda hegemonia é dinâmica, estando sujeita a transformações potencialmente constantes, pois, como meio de dominação, ela deve ser continuamente atualizada, renovada, defendida e – em decorrência das pressões que se lhe impõem – frequentemente modificada. A importância e os limites destas pressões são reveladores da conformação de certa afirmação hegemônica e expressam, inclusive, os campos e as manifestações que ela buscou, na prática, controlar.<sup>x</sup>

Dessa forma, a religião está longe de ser imutável ou atemporal, como interpreta Peter Brown, atuando como uma criadora de hegemonia, dando ao todo uma ordenação integradora. Esse todo integrado, é válido ressaltar, está em – conflituosa – harmonia com o quadro social descrito mais acima. Uma vez que as ideias não surgem *ex nihilo*, elas estão calcadas nas relações sociais e na forma produtiva, sendo qualquer ação na materialidade previamente pensada “idealmente”. Assim sendo, a religião está plenamente inserida no processo produtivo a partir da presença manifesta de Deus cotidianamente, expressando todas as hierarquias e desigualdades, dominações e resistências.

No penúltimo capítulo do livro, *Caráter, Relações e Campos de Intervenção do Poder Divino*, Mário Bastos nos mostra como essa relação entre o ideal e o material se dava em seu estudo de caso, no contexto da circunscrição das práticas sagradas prévias e alternativas sob um cristianismo que lhes era estranho. Aumentando ainda mais o escopo de análise da documentação ele avalia que “(...) o discurso cristão empresta às relações sociais fundamentais a que se refere, inserindo a divindade no curso da história e, a partir desta inserção, desvelando uma ordem social e sagrada, calcada em vínculos pessoais, dependências, fidelidades, poder e submissão.”<sup>xi</sup> As tensões sociais do período se dão pela afirmação da hegemonia aristocrática, considerando a religião não como algo externo, mas como parte do processo produtivo atuando e se transformando com o passar da história.

No sexto e derradeiro capítulo, *Os Santos e a Liturgia*, Mário Bastos analisa a sacralização do *mundus* naquilo que foi o maior expoente e criação dos tempos medievais, o culto aos santos. O sagrado, agora não mais acessado de maneira “horizontal”, mas através da interveniência de figuras que tinham uma relação mais íntima com o divino, expressa a verticalidades das relações sociais naquele

contexto. Por sua vez, o acesso ao e controle das tumbas e relíquias sagradas, além das denominadas “igrejas próprias”, garantia poder e influência àqueles que as possuíam, reforçando a dominação campesina. Apresenta-se, ainda, um fator que é intrínseco à santidade no período: estar inserido em uma condição social superior, ser um nobre – mesmo que essa “nobreza” seja algo “criado” nas apropriações e reapropriações de cultos locais que os próprios camponeses desenvolviam.

Aqui também se dedica a ver como a cosmovisão cristã se manifestava, a partir das disputas, vislumbradas nos rituais registrados no *Liber Ordinum*. Esses mostram a sacralização máxima da relação senhor/servo pela associação do Deus como aquele que oferta o *pane nostrum quotidianum* por pura indulgência, atuando da mesma forma o *dominus* terreno e o *Dominus* celestial. Sendo a dádiva do pão um dos elementos que mais vincula Deus ao processo produtivo e o insere no cotidiano das populações, faz-se um contraponto às práticas pagãs condenadas pela Igreja: transfere-se o “divino”, tradicionalmente ligado à criatura, em direção ao Criador.

É possível que um crítico discordasse do modelo proposto por Mário Bastos sob a prerrogativa de que a liturgia estivesse distante da linguagem e compreensão campesina, recheadas de rebuscamento das fórmulas e rituais. Contudo, ele afirma que possivelmente muitas dessas práticas teriam surgido da própria realidade campesina, a partir da proliferação das igrejas nos campos, estando o próprio pároco dividido entre a colheita e o ofício sacro, experimentando as mesmas penúrias daqueles que laboravam a terra.

Apesar de parecer manifesto aquilo que chamaram de “conversão do Ocidente ao cristianismo”, o autor chama a atenção para o fato de que, em 693, no XVI Concílio de Toledo, ainda encontramos elementos relacionados ao culto de árvores e pedras pelos rústicos. Algo que, longe de ser apenas a reafirmação anacrônica do discurso, demonstra, a guisa de conclusão, que:

(...) a contumácia manifesta nestas concepções e práticas dissonantes, renitentes e heterodoxas parece-nos revelar um processo muito mais complexo, (...) complexidade intimada articulada às contradições sociais intrínsecas à implantação da sociedade senhorial no período, e manifestação vigorosa dos conflitos que matizaram todo seu processo!<sup>xii</sup>

Em suas considerações finais, Mário Bastos critica as análises históricas que reforçam a visão da Idade Média como um mundo onírico, “civilização do maravilhoso”, eternizando-se e naturalizando-se a dominação das classes subalternas pelo esquecimento dos conflitos e disputas que se processaram naquela realidade histórica. Desenvolve, ainda, a defesa do uso da teoria marxista na análise de sociedades pré-capitalistas a partir da célebre passagem do livro III d’O Capital: “A anatomia humana é uma chave para a anatomia do macaco.”<sup>xiii</sup> Discordando dos detratores do materialismo histórico que insistem em ver nessa frase um anacronismo imanente, afirma que ela realça “(...) a agudeza das *diferenças*, porque são elas que explicitam, inclusive, as particularidades das diversas formas sociais, uma vez que a formação do capitalismo decorre, a um só tempo, da maturação e da transformação inaudita daquelas formas outras ‘pré-diluvianas’.”<sup>xiv</sup>

É sempre válido lembrar que o vigor de um texto está relacionado com as questões que ele é capaz de suscitar. Sendo assim, terminada essa breve explanação, levanto alguns pontos a fim de aprofundar o debate sobre elementos importantes da obra que, apesar de não estarem diretamente relacionadas à tese central, merecem uma reflexão.

Primeiramente, me refiro à proposição do autor de que o Estado Imperial Romano teria chegado a seu fim pelos “esvaziamentos” que sofreu seja pelo campesinato, seja pela aristocracia<sup>xv</sup>. Em outras palavras, a noção de que o aparato estatal passou a ser visto como um estorvo e um peso que apenas limitava as capacidades de extração de rendas mais volumosas dos camponeses e, portanto, abandonado. Além disso, cada vez seriam menos expressivos os “setores médios urbanos” em um mundo ainda mais ruralizado, removendo outra importante base de sustentação do Estado.

Essa perspectiva é inaugurada pelo renomado historiador inglês Chis Wickham em um clássico artigo da década de 1980, *La outra transición: del mundo antiguo al feudalismo*<sup>xvi</sup>. Porém, essa perspectiva foi revista pelo próprio Wickham em seu mais recente trabalho, de imenso fôlego, *Framing the Early Middle Ages*<sup>xvii</sup>, em que deixa de ver a aristocracia evadir-se do Estado para apresentá-la como dependente dele. Ou seja, com o fim dos aparatos administrativos romanos adviria uma “era de ouro para o campesinato”, livre da pressão aristocrática que só era possível graças à burocracia e exército romano.

Por uma via ou por outra, parece-me que se incorre na insistência de ver os poderes locais em disputas viscerais com os poderes centrais e *vice-versa*, desconsiderando que ambos os poderes são oriundos da mesma classe. Talvez fosse mais razoável supor que as disputas se davam entre frações da classe dominante em busca por hegemonia, elemento a ser encaminhado em pesquisas vindouras.

Algo que precisa ser pensado, inclusive, para podermos compreender melhor o papel do avanço aristocrático sobre os postos episcopais. Em *Assim na Terra como no Céu* podemos ver uma oscilação entre duas interpretações: por um lado, a busca por postos-chave de comando, uma vez que aqueles no interior do Estado romano sucumbiram<sup>xviii</sup>, e a de que essa busca não foi oriunda de um vácuo de poder<sup>xix</sup>. Algo que decorre justamente da ausência de uma plena compreensão – ou quiçá de um mínimo consenso –, na historiografia de forma geral, sobre os meios que levaram o Império Romano ao seu colapso e o que isso significou para as aristocracias locais.

Gostaria de propor ainda que atentássemos para outro fator que chamou minha atenção, dessa vez relacionada aos movimentos que levaram a cabo a organização política mantida pelos visigodos na Península Ibérica. Mário Bastos afirma que a evolução do Estado visigodo limitou o poder régio, cada vez mais, à condição de um mero senhor de terras e homens, cada vez mais fraco<sup>xx</sup>. Isso porque, para manter o apoio aristocrático que os sustenta no trono, os reis foram forçados a dilapidar cada vez mais o fisco régio e seus patrimônios pessoais, numa espiral crescente que tenderia logicamente ao colapso em 711.

Contudo, essa perspectiva<sup>xxi</sup> me parece excessivamente teleológica, tirando implicações lógicas e apresentando esse sistema político como algo fadado à extinção. Talvez com estudos posteriores preocupados com a maneira através da qual se dava a distribuição e expropriação de terras sejamos capazes de perceber uma dinâmica diferente. A observação de que reinados distintos são marcados por apoios e disputas variadas entre as frações da classe aristocrática pode, por ventura, ser um caminho mais propício para interpretar o Estado visigodo.

Feitas essas observações, gostaria apenas ressaltar que a obra aqui resenhada, teoricamente densa e metodologicamente bem estruturada, teve seu objetivo básico de “celebrar o dissenso” em muito excedido. Torna-se leitura

obrigatória a todos aqueles que, para além do interesse pelos tempos medievais, buscam um novo projeto de História:

(...) que se lance ao passado com base num claro compromisso assumido, no presente em curso, (...), compromisso firmado com uma concepção social de ciência e com sua dedicação a uma causa fundamental nos dias que correm, a do fortalecimento de todas as lutas que visem à emancipação humana dos horrores crescentes da era do capital. O que nos mobiliza não deveria ser nenhum tipo de passado limitado, mas a amplitude dilatada e a riqueza multissecular da experiência humana no planeta; não as temporalidades restritamente remotas desta vivência, objeto de antiquários, mas a historicidade de seus fluxos manifestos na afirmação positiva e negativa do presente.<sup>xxii</sup>

Ou seja, um projeto de história capaz de mobilizar aos historiadores das mais variadas temporalidades, mas, sobretudo, àqueles que anseiam pela redenção dos tempos futuros!

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, membros dos núcleos de pesquisa NIEP-Marx-Prék e *Translatio Studii*.

<sup>ii</sup> Professor Associado I do departamento de História da Universidade Federal Fluminense, campus de Niterói.

<sup>iii</sup> Elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Hilário Franco Junior, tendo obtido o título em 2002.

<sup>iv</sup> BASTOS, Mário Jorge da Motta. Op Cit. 44-45 p.

<sup>v</sup> Ibid. 80-81 p.

<sup>vi</sup> Refiro-me aqui à metáfora usada por Marx em: MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 45-50 p. Nesse texto defende-se que mudanças na base econômica geram alterações na superestrutura política, jurídica, etc; algo muito difundido por um marxismo vulgar, como o de matriz stalinista. Aqueles não muito afeitos ao pensamento marxista se valem dessa referência para classifica-lo como economicista e determinista, muitas vezes ignorando a revisão pela qual o próprio marxismo passou ao longo do século XX. Uma das principais críticas a essa metáfora pode ser encontrada em: THOMPSON, E. P.. "Folclore, antropologia e história social". In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp. 2001, 255-256 p.

<sup>vii</sup> FILHO, Ruy Oliveira Andrade. *Imagem e reflexo – Religiosidade e monarquia no reino visigodo de Toledo (Século VI-VIII)*. São Paulo: EDUSP, 2012.

<sup>viii</sup> BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal – do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, 167 p.

<sup>ix</sup> Ibid. 169 p.

<sup>x</sup> BASTOS, Mário Jorge da Motta. Op Cit. 138 p.

<sup>xi</sup> Ibid. 178 p.

<sup>xii</sup> Ibid. 233 p.

<sup>xiii</sup> Apud. Ibid. 236 p.

<sup>xiv</sup> Ibid.

<sup>xv</sup> Ibid. 78 p.

<sup>xvi</sup> WICKHAM, Chis. “La otra transición: del mundo antiguo al feudalismo”. In.: *Studia histórica. Historia Medieval*, Nº 7, p.7-36, 1989.

<sup>xvii</sup> WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400–800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

<sup>xviii</sup> BASTOS, Mário Jorge da Motta. Op Cit. 90 p.

<sup>xix</sup> Ibid. 92 p.

<sup>xx</sup> Ibid. 190 p.

<sup>xxi</sup> Existem trabalhos que seguem nessa linha como, por exemplo, DIAZ , Pablo. “Confiscations in the Visigothic Reign of Toledo - A Political Instrument”. In: PORENA, Pierfrancesco e RIVIÈRE, Yann. *Expropriations et Confiscations dans les Royaumes Barbares - une approche régionale*. Roma: École Française de Rome, 2012.

<sup>xxii</sup> BASTOS, Mário Jorge da Motta. Op Cit. 240 p.